

Entre Guimarães e Coimbra: trajectos familiares e evoluções patrimoniais (sécs. XII e XIII)

Leontina Ventura

Utilizando documentação de instituições eclesiásticas (de Guimarães e de Coimbra) e das Chancelarias Régias e as Inquirições, pretende-se verificar, quer as influências da Reconquista, quer as da presença do Rei e da sua Corte, tanto na mobilidade de algumas famílias da nobreza como na constituição e dispersão geográfica dos seus patrimónios.

Acompanhar-se-ão especialmente percursos familiares — de autóctones e de francos — desde o tempo dos condes D. Henrique e D. Teresa, mas, sobretudo, depois da transferência da corte, com Afonso Henriques, de Guimarães para Coimbra, até à substituição desta, como “capital” do Reino, em meados do século XIII. As transferências, em sentido inverso, de Coimbra para Guimarães, pelo menos no que toca ao património e a formas de representação do poder régio, seguramente existentes, estarão, também, sob análise.

Perscrutar-se-ão trajectos de famílias de uma camada mais alta da nobreza, natural de Guimarães, como os de Riba de Vizela, os Urgezes/Podentes, os Freitas entre outros; de estratos mais baixos, como: Amarelos, Alvites (de Guimarães); Calvos, Digais, Godins, Rubeos (ditos de Coimbra); e de francos, como: Bernal, Gualter, Reinaldo, Tibaldo.

Analisar-se-ão as bases económicas do seu poder social, as suas relações com o poder régio e, simultaneamente, com cada uma das cidades — ou seja, a sua presença e/ou dominância, quer em estruturas eclesiásticas de cada uma dessas urbes (nos cabidos, em especial), quer na esfera do próprio poder concelhio (nas alcaidarias, sobretudo).

Palavras-chave: Família; Património; Cidades; Poder régio.